

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Área Temática: Gênero, Corpos, Sexualidade

**GÊNERO E SEXUALIDADE INTEGRADOS ÀS BASES CONCEITUAIS E
TEÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.**

Autores: Robelania dos Santos Gemaque
Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica
(PROFEPT)

Instituição: Instituto Federal do Pará (IFPA/ Campus
Belém)

Co-Autora: Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti
Doutora em História pela Universidade Federal de
Pernambuco - UFPE.

Instituição: Instituto Federal do Pará (IFPA / Campus
Belém)

RESUMO

Estudos que abordam a temática de gêneros e sexualidade, relacionados à educação e ao trabalho, sugerem que há um anseio pelo aprofundamento nas articulações entre esses eixos temáticos. Este artigo apresenta uma síntese de pesquisa em desenvolvimento no programa de Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT CAMPUS/ BELÉM), e tem como objetivo contribuir para a maior visibilidade e ampliação do debate sobre gênero e sexualidade tanto nas produções acadêmicas quanto nas práticas educativas no ensino médio integrado. A metodologia fundamenta-se na revisão bibliográfica, observação participante e pesquisa-ação, e tem a colaboração de 10 alunos do curso de Design Integrado, da EETEPa em Icoaraci-PA. Os resultados preliminares apontam para a baixa produção acadêmica sobre gênero e sexualidade na educação profissional e tecnológica e inexistência de práticas educativas no cotidiano do ensino médio integrado, o que demonstra a relevância da persistência de estudos e pesquisas nessa temática.

Palavras-chave: Educação profissional. Diversidade de gênero. Sexualidade.

ABSTRAT

Studies that address the theme of gender and sexuality, related to education and work, suggest that there is a yearning for deepening the articulations between these thematic axes. This article presents a synthesis of research under development in the Professional and Technological Education program (PROFEPT CAMPUS / BELÉM), and aims to contribute to the greater visibility and broadening of the debate on gender and sexuality in both academic productions and educational practices in teaching. integrated medium. The methodology is based on literature review, participant observation and action research, and has the collaboration of 10 students of the Integrated Design course at EETEPa in Icoaraci-PA. Preliminary results point to the low academic production on gender and sexuality in vocational and technological education and the absence of educational practices in integrated high school daily life, which demonstrates the relevance of the persistence of studies and research on this subject.

Keywords: Professional Education. Diversity of genres. Sexuality.

INTRODUÇÃO

Estudos relativos aos temas gênero e educação (LOURO, 1997; 2001; 2007); (MACIEL & GARCIA, 2018) e gênero, sexualidade e trabalho (LIMA NETO, CAVALCANTI & GLEYSE, 2018); (FRIGOTTO, 1999; 2009; 2015) sugerem que há um anseio pelo aprofundamento das análises que articulam esses eixos temáticos, a fim de refletir os efeitos das pedagogias que buscam a intervenção crítica das relações de gênero e sexualidade, no ensino e no cotidiano escolar. Neste sentido, este artigo apresenta resultados preliminares, de pesquisa em desenvolvimento, relativo ao mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) – PROFEPT CAMPUS BELÉM, que tem como foco a elaboração de um produto pedagógico sobre gênero, sexualidade e trabalho, articulado à concepção do ensino médio integrado à educação profissional.

A presença, no cotidiano da sala de aula, enquanto professora de Sociologia, na rede estadual de educação do estado Pará, me posiciona diante do incômodo que a vivência dos afetos entre estudantes lésbicas parece causar, principalmente entre o corpo docente. A percepção, de que a heteronormatividade regula as vivências e os comportamentos nos espaços educacionais, e a inquietação e o “desajustamento” revelados nos gestos, olhares atravessados e discursos, de professores e técnicos, suscitaram os seguintes questionamentos:

Em que medida a escola contribui para reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no cotidiano escolar? Quais componentes curriculares discutem o tema na sala de aula? A escola promove discussões que possibilite a valorização e o reconhecimento de estudantes LGBTI+? Como a escola promove a formação de estudantes LGBTI+ tendo em vista a inserção com qualidade no mundo do trabalho?

A aliança perigosa entre política e religião, promoveu em 2018, a ascensão ao poder de um governo visivelmente alinhado a forças políticas ultraconservadoras, que utilizando-se de valores e crenças tradicionais, constrói um discurso de defesa da família brasileira, segundo a qual na sua formação, deve obedecer a uma moral cristã fundamentada em preceitos bíblicos, determinando regras sobre corpos generificados como masculinos e femininos, atribuindo ao corpo do homem e da mulher a função de reprodução da espécie humana, e coloca na marginalidade outras relações, que não atendam aos critérios estabelecidos, pelo viés ideológico defendido por este governo.

É nesse contexto que pesquisadores, ativistas sociais, professores, desenvolvem suas produções acadêmicas, científicas e atividades pedagógicas, sob a vigilância e a ameaça, de setores ligados às igrejas e demais instituições políticas e

sociais, que servem de base de apoio ao governo. Dentre as preocupações, do estado brasileiro com a educação, encontram-se as discussões sobre gênero e sexualidade na sala de aula, compreendida por este setor como propagação da “ideologia de gênero”.

Dessa forma, existe forte pressão dentro dos espaços de decisão e de poder, em todas as esferas (municipal, estadual, federal), para que o estado atue interferindo nas publicações científicas e acadêmicas, peças de teatro, exposições culturais, produção de filmes, apontando quais temas possuem, de acordo com a ideologia defendida pelo governo, legitimidade para receber financiamento público¹, para suas realizações, numa perspectiva evidente de regulação dos comportamentos, corpos e sexualidade dos sujeitos. Frigotto (2017, p18), destaca o sentido ideológico do momento atual da educação no Brasil no contexto de um projeto denominado escola “sem” partido²

Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.

O artigo defende que discussões sobre gênero e sexualidade nos espaços educacionais, aliadas a força política dos movimentos sociais, no caso desse estudo o movimento LGBTI+, possui o potencial para constituir-se em resistência a projetos societários que não reconhecem a diversidade cultural, sexual e de gênero, e pretendem impor a todos a lógica homogeneizante cultural e mercadológica, tendo em vista um projeto de educação e sociedade. Neste sentido, conforme aponta Louro (1997, p.119) “a construção de uma prática educativa não-sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder. Feministas ou não, somos parte dessa trama e precisamos levar isso em conta.”

O percurso metodológico deste artigo estrutura-se em revisão bibliográfica, que busca na literatura científica e acadêmica as (in)visibilidades nos discursos e práticas

¹ Censura de Bolsonaro à cultura afeta os negros, as mulheres e os LGBTs'. <https://almapreta.com/editorias/realidade/censura-de-bolsonaro-a-cultura-afeta-os-negros-as-mulheres-e-os-lgbts>. Acessado em 08/11/2019.

² Frigotto. Gaudêncio (org). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

de ensino, experiências de pessoas LGBTI+, pesquisa-ação (HAGUETTE, 1992; BARBIER, 1985), desenvolvida de maneira colaborativa com 10 estudantes do curso de Design Integrado, turma 2017, do turno da manhã na Escola Estadual Técnica do Estado do Pará professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo – CACAU, responsáveis pelas reflexões cujo resultado é a produção de uma história em quadrinho sobre gênero, sexualidade no ensino médio integrado, e etnografia crítica de sala de aula.³

Para melhor compreensão, dividimos o artigo em quatro seções: na primeira apresentamos o encontro entre o ensino, a pesquisa e o campo de investigação, em seguida, a breve história de uma educação do sexo. A terceira seção, discute as bases conceituais e teóricas da educação profissional articuladas aos conceitos de gênero e sexualidade, por fim os resultados e discussões e considerações finais.

O ENCONTRO ENTRE O ENSINO, A PESQUISA, E O CAMPO: “LAÇOS” E “NÓS”

Pela trilha da Sociologia sou apresentada ao estudo sobre gênero e sexualidade, um caminho sinuoso repleto de dificuldades, e através do ensino em gênero e sexualidade, atravesso a sala de aula para a pesquisa no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica e daí para o campo de investigação: A Escola Estadual de Ensino Técnico Professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo – CACAU.

Na sala de aula, pelos corredores da escola, no auditório, no ginásio e principalmente na sala dos professores constato o que estudiosos do cotidiano escolar já observaram em suas pesquisas: a escola pública como espaço por excelência das diferenças (classe, etnia, religião, gênero, orientação sexual). No exercício da docência em Sociologia no ensino médio⁴, me deparo todos os dias, com a tentativa de apagamento dessas diferenças, e me faz perceber o quanto o padrão normalizador baseado no homem-branco-cristão-hétero-burguês está enraizado em nossas certezas e vinculado às nossas práticas educativas.

Esta percepção me levou, ao longo destes dez anos, ao processo de desconstrução e reconhecimento da minha identidade e me confronta com meu

³ Por sua natureza descritiva da realidade, rigorosa quanto ao entendimento do significado das ações sociais para o outro, quando associada a uma visão crítica da justiça social enquanto abordagem teórica, não pode deixar de reivindicar a parceria do professor para a análise dos processos interativos de sala de aula. MATTOS (1995 p.101)

⁴ A Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, alterou o art. 36 da Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, passando a ser obrigatória em todas as séries do ensino médio.

privilégio de mulher cis heterossexual, e me impõe maior responsabilidade ao tratar sobre gênero e sexualidade, em sala de aula. Louro (1997; 2001), César (2010), Junqueira (2013), Maciel e Garcia (2018) advertem que a “heteronormatividade” é norteadora dos processos pedagógicos e curriculares, com fortes implicações no cotidiano escolar.

Perceber o trânsito na escolas, de estudantes lésbicas e gays, livremente experimentando seus afetos, mãos dadas, o carinho no cabelo, abraços, expressões de gênero estampadas nos corpos das/os estudantes, me leva a pensar que enquanto comunidade escolar, estamos preparados para as transformações culturais e sociais que vem ocorrendo no mundo desde meados do século XX, pela força dos movimentos sociais, principalmente o LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), reivindicando o reconhecimento de suas identidades e reclamando a presença e espaço nas diferentes instâncias da sociedade.

Ao abordar a diferença entre gênero e sexualidade(cultura) e (sexo), durante uma aula na turma do segundo ano em 2017, percebi entre as/os estudantes olhares atentos, alguns indiferentes, outros curiosos. A narrativa de uma estudante lésbica, contando da sua vivência, da relação com a família e amigas/os, das relações afetivas, do medo da agressão devido ao fato de ser lésbica, a escuta atenta dos outros estudantes, enquanto ouvíamos os relatos, me ocorreu que a escola pública pode contribuir para o empoderamento de pessoas LGBTI+ diante da difícil tarefa de afirmação de suas identidades.

Entretanto, a sala de aula é um aspecto da totalidade, a percepção sobre a presença de estudantes LGBTI+ atravessa outros espaços. Durante um momento de descontração na sala dos professores, conversas aleatórias, troca de impressões sobre as aulas, conteúdos, turmas e estudantes, o tema sexualidade e orientação sexual entra na pauta da maneira mais grotesca possível, e violenta para quem não atende às expectativas sociais em relação à sexualidade, apresento aqui o diálogo entre duas professoras:

Professora A: “Sempre teve alunos com esse jeito meio esquisito, mas esse ano está demais”.

Professora B: “Eu... quando chega perto de mim com essa história de querer abraçar, falo logo, te sai, vai pra lá. (Risos)”.

É perturbador perceber como estudantes com orientação sexual diferente da heteronormativa aparecem nos discursos de técnicos e docentes. Expressões como “a menina que virou menino” ou “aquele menino meio estranho”, podem significar

abandono escolar, traumas, sentimentos de baixa estima, para Frigotto (1997), é necessário refletir sobre o compromisso ético e político quando educamos. Ramos (2008) aponta duas perspectivas: uma excludente, discriminatória, que fragmenta os sujeitos e lhes nega direitos; outra inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade e a capacidade de produção da vida, assegurando direitos sociais plenos⁵.

Louro (1997), defende que o pessoal é político, neste sentido, as narrativas apresentadas e as reflexões realizadas a partir delas, me transportaram de um lugar ao outro: da sala de aula no ensino médio regular, para o campo de pesquisa sobre gênero, sexualidade e trabalho no ensino médio integrado.

Figura 1 – EETEPA-ICOARACI: Bosquinho e Refeitório



Fonte: Acervo da autora

A Escola de Educação Tecnológica Professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo (CACAU), inaugurada em 15 de Outubro de 2007, foi institucionalizada a partir dos Decretos nº 5154/04 e nº 6302/07⁶, que regulamentam o desenvolvimento da educação profissional técnica de forma articulada com o ensino médio. Situada no

⁵ Ramos (2008, p.5) propõe um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e entre formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura. Que têm necessidades diferenciadas, mas lutam por direitos universais.

⁶ O Decreto nº 5154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), estabelece as diretrizes e bases para a educação profissional.

distrito de Icoaraci⁷, até 2010, integrava-se à rede da Organização Social Escola de Trabalho e Produção do Pará – OS/ETPP, quando passou a ser gerida pela Secretaria Executiva de Educação do Pará-SEDUC, sob a Coordenação de Educação Profissional.

Trata-se de um prédio térreo de grande porte, com estrutura ampla, de aspecto acolhedor em função das inúmeras áreas verdes existentes na parte interna da escola, que ornamentam os corredores de acesso, os espaços pedagógicos e salas de aula. A escola dispõe de biblioteca, sala de informática, auditório, quadra de esportes, um espaço amplo para o serviço da merenda escolar, e espaços de sociabilidade em que foram observados o ir e vir dos estudantes, bem como as reuniões típicas entre os adolescentes para as conversas descontraídas (Figura 1).

Atualmente, a EEETPA Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo - CACAU funciona com vinte e nove turmas, distribuídas entre os quatro cursos ofertados (Design, Hospedagem, Informática, Técnico em Manutenção de Computadores e Suporte) totalizando setecentos e trinta estudantes matriculados. A escola oferta nos turnos manhã e tarde o ensino médio na modalidade integrado à educação básica, e no noturno funcionam as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Subsequentes.

EDUCAÇÃO DO SEXO: PARA ALÉM DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (AIS)

A educação relativa ao sexo, conforme salientado por César (2009, p. 39), surgiu no Brasil a partir do século XX, devido a preocupações explícitas relacionadas à educação do sexo para crianças e jovens. De acordo com a autora, os primeiros a se preocuparem com o assunto foram os profissionais da área médica, seguidos por alguns intelectuais e educadores, no entanto, a justificativa para a preocupação e o tratamento deste assunto tinha como base questões morais e higiênicas e a finalidade social de preservação da raça humana, dando origem ao que César (2009) denomina “o sexo bem educado”. Assim, “o processo de escolarização à disciplinarização dos corpos de crianças e jovens, veremos que a educação do sexo encontrou seu lugar privilegiado na escola desde muito cedo.” (CÉSAR, 2009, p. 40).

⁷ De sesmaria a fazenda, passando a povoado, vila e finalmente distrito, a área que hoje compreende o distrito administrativo de Icoaraci (DAICO), é formado por vários bairros, e em 2010 (Censo/IBGE) possuía uma população de 167.035 mil habitantes. Desfruta de uma posição geográfica privilegiada de fácil acesso à jazidas de argila que se concentram nos rios Paracuri e Livramento, característica que possibilitou transformar a área em um dos principais polos de produção artesanal de cerâmica do Estado do Pará.

A autora destaca que na década de 1960, as manifestações de grupos específicos da sociedade (direito civil, feministas, gays e lésbicas) contribuíram para a evolução e transformação ideológica e participativa da instituição escolar, principalmente no discurso e abordagem de temas delicados e polêmicos para a época, tais como: discriminações étnico-raciais, políticas ditatoriais e liberdade sexual. Essa nova postura pedagógica começou a transformar as concepções relativas a sexualidade e gênero, que existia até então.

Ao final da década de 1980, com a divulgação das descobertas médicas relativas ao Human Immunodeficiency - Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV/AIDS) – a educação do sexo nas escolas sofreu um grande impacto, principalmente devido as insuficientes (e até mesmo errôneas) informações acerca do contágio e da prevenção que se popularizaram e promoveram pânico e discriminação social. Dessa forma, a informação se tornou a melhor aliada para combater à epidemia e o caos social que se instalou nos primeiros anos da descoberta.

A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social. (CÉSAR, 2009).

Neste contexto, a escola se solidifica como instrumento fundamental para desmistificar este novo inimigo da saúde pública (AIDS), bem como para orientar e divulgar maneiras de praticar o 'sexo seguro' a fim de reduzir os casos de doenças sexualmente transmitidas (DST), hoje infecções sexualmente transmissíveis (IST) e da gravidez durante a adolescência, visto tratar-se de problemas importantes, cuja prevenção e tratamento começam pela informação e orientação.

Sobre a institucionalização da educação do sexo, (CÉSAR, 2009, p. 42) oferece a seguinte síntese:

Na segunda metade dos anos de 1990, no âmbito de um conjunto de reformas educacionais, o governo brasileiro produziu um importante documento – os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCNs foram concebidos como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, bem como resposta à inserção na Constituição de 1988 de temas oriundos dos movimentos sociais, tais como as questões étnico-raciais, o meio-ambiente, a educação sexual e as questões de gênero [...]. Inspirada pela reforma educacional espanhola organizada pelo partido popular, ultraconservador, no início dos anos 90, a educação brasileira tomou para si a concepção dos temas transversais e instituiu a educação sexual como um dos temas a serem trabalhados nos PCNs. O

fascículo sobre o Tema Transversal Orientação Sexual, publicado em 1997, consolidou definitivamente a escolarização de uma educação do sexo.

Reis e Eggert (2017) citando a Declaração dos Direitos Humanos, estabelecidos pela ONU em 1948, resgatam os primórdios das lutas em favor da educação não só como meio para adquirir instrução, mas também para fortalecimento dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, além de lembrar que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de qualquer espécie”. Com relação específica sobre o tema gênero e sexualidade na educação, os autores destacam o documento “Educação para Todos” aprovado no Fórum Mundial de Educação, realizado em 2000, no Senegal. Entre as principais metas do compromisso assumido constam: a eliminação das desigualdades de gêneros na educação primária e secundária até 2005, e chegar a igualdade em termos gerais na educação até 2015.

Os autores também mencionam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em 2015 estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com metas para o ano de 2030: “O item 5 do Objetivo 4 prevê a eliminação das “disparidades de gênero na educação”, enquanto o Objetivo 5 deseja alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. (REIS, EGGERT, 2017, p. 11).

Reis e Eggert (2017, p. 11-12) citam os Princípios de Yogyakarta (2007, p. 23): “Toda pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero, e respeitando essas características”, e o Relatório sobre violência homofóbica no Brasil (Secretaria de Direitos Humanos), referente ao ano de 2011:

[...] começou a se consolidar o entendimento de que são direitos humanos não somente a equidade de gênero como também a livre orientação sexual e identidade de gênero. Da mesma forma, as violências praticadas por motivo de orientação sexual e identidade de gênero podem ser consideradas violências de gênero. (REIS, EGGERT, 2017, p. 11).

Diante do exposto, fica registrado que compete a escola, enquanto instituição de educação (ensino/instrução) não só reproduzir e divulgar informações e orientações sobre a correlação entre sexo, saúde e higiene, mas principalmente, ser instrumento de inclusão social e combate à discriminação relativa à sexualidade e gênero.

GÊNERO, SEXUALIDADE E TRABALHO: BASES CONCEITUAIS E MUNDO DO TRABALHO

Lima Neto; Cavalcanti & Gleyze (2018), em “(In)visibilidades epistemológicas: considerações sobre corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em educação profissional”, sublinham os modos como às questões de gênero e sexualidade são tratadas na Educação Profissional, a partir de consulta a quatro fontes do domínio epistêmico.

Utilizando diferentes repositórios de pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Colóquio Nacional sobre a produção do Conhecimento em Educação Profissional; Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - Instituto Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/IFRN); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre os anos de 2008 a 2018, os pesquisadores analisaram 415 trabalhos publicados, conforme podemos observar abaixo.

Quadro I - Produções Acadêmicas 2013 a 2018

PERÍODO	BANCO DE DADOS	PALAVRAS CHAVE	TRABALHOS PUBLICADOS
2013-2017	COLÓQUIO NACIONAL SOBRE CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	GÊNERO / SEXUALIDADE	175
2013-2018	PPGEP/IFRN (DISSERTAÇÕES)	GÊNERO / SEXUALIDADE	52
2008-2018	PORTAL DE PERÍODICOS CAPES (ARTIGOS)	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E GÊNERO	102
		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEXUALIDADE	14
2008-2017	ANPED GT 09 (TRABALHO EDUCAÇÃO) E	GÊNERO/SEXUALIDADE	72

Fonte: Autores com base no levantamento de LIMA NETO; CAVALCANTI; GLEYZE (2018)

Com efeito, Lima Neto, Cavalcanti e Gleyze (2018), analisaram 415 publicações, e identificaram que dentre estas apenas 09 trabalhos articularam diretamente a temática gênero e sexualidade ao domínio da Educação Profissional.

Alguns trabalhos apenas mencionam a temática, e a maioria não faz nenhuma referência ao tema, constatando uma inexpressividade numérica entre as pesquisas nestes campos de estudo.

Ao direcionar o olhar sobre as publicações com os temas sexualidade ou orientação sexual, os pesquisadores observam que no recorte entre 2008 e 2017, não foram encontrados nenhum trabalho, o que reforça a lacuna por eles apontada. De acordo com os autores, os estudos apontam caminhos para um novo eixo de pesquisa na Educação profissional.

Pelo exposto, a pertinência do presente dossiê justifica-se em duas grandes dimensões: a epistemológica e a subjetiva. Na primeira, a iniciativa apresenta-se pertinente por abrir um novo eixo de pesquisa – ou ao menos um eixo pouquíssimo explorado – no domínio da Educação Profissional, dilatando esse campo epistemológico para outras dimensões do fenômeno educativo, em profundo vínculo com a rica produção atualmente existente, centrada sobretudo nas relações entre educação, capital e trabalho. Na segunda dimensão, em absoluta associação com a primeira, o dossiê revela-se importante por dar voz a sujeitos cujas existências e direitos encontram-se ameaçados, e cujas demandas, angústias e narrativas são inexpressivamente estudadas na atual produção acadêmica da Educação profissional [...] (LIMA NETO; CAVALCANTI; GLEYZE, 2018, p. 29).

Observamos que, apesar da vasta literatura acadêmica e científica consolidada em educação profissional, o tema gênero e sexualidade ainda são tratados como tabu na sociedade, com repercussões em outros espaços de sociabilidade e produção, como nas instituições de ensino e trabalho. Considerando o contexto do ensino médio integrado à educação profissional, pressupõe-se que estudantes gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros desenvolvem expectativas diante de um cenário social marcado por relações sociais e produtivas, baseadas na comercialização da força de trabalho, na qual o ensino profissionalizante emerge como uma possibilidade de inserção imediata.

As estatísticas sobre a empregabilidade das pessoas transexuais e transgênero, também é uma questão de difícil acesso. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA – 90%⁸ das travestis e transexuais estão fora do mercado de trabalho formal, a preocupação de militantes do movimento LGBTI+, revela a gravidade dessa informação e justifica a pressão por uma ação efetiva por parte do poder público que contribua para a diminuição da discriminação no

⁸ Fonte: Projeto de Lei de autoria do vereador Fernando Carneiro/PSOL em discussão na Câmara Municipal de Belém.

mundo do trabalho por conta da orientação sexual e garanta condições de empregabilidade dignas para transexuais e travestis.

A experiência com estudantes LGBTI+, a partir da sala de aula no ensino médio, não me habilita a tecer narrativas, sobre as expectativas desses estudantes, quanto a inserção no mundo do trabalho, tendo em vista a orientação sexual. Minha identidade de gênero (mulher cis) e sexual (hétero), atribui certo privilégio e restringe meu lugar de fala, sendo necessário buscar essas narrativas junto aos protagonistas na luta por esse espaço. Neste sentido, apresento as narrativas de duas mulheres transgêneros

“É mais difícil ser trans do que ser gay ou lésbica porque externamos nossa identidade...não adianta levar para as ruas o discurso da empregabilidade se não tem projetos de empregabilidade para pessoas trans. como será o futuro das pessoas trans? Questões como aposentadoria, moradia?” (RODA DE CONVERSA ONG OLIVIA/UFPA)

“A gente não quer só emprego, mas a qualidade do trabalho” (RODA DE CONVERSA ONG OLIVIA/UFPA)

“Depois de dez anos no subemprego, consegui um trabalho de carteira assinada, direitinho, com todos os direitos” (RODA DE CONVERSA ONG OLIVIA/UFPA)

A ação política do movimento LGBT, foi questionada na roda de conversa, as militantes manifestaram incômodo com a característica de “oba oba” – fala das protagonistas – nos atos das paradas LGBTI+. De acordo com narrativas,

“não adianta subir num trio elétrico e gritar por empregabilidade para as pessoas trans, se não cobrar projetos para a empregabilidade. Onde estão essas pessoas (as que se fazem presentes no dia do orgulho LGBT) na hora do enfrentamento? (RODA DE CONVERSA ONG OLIVIA/UFPA).

Para Araújo e Frigotto (2015), é justamente o compromisso com a transformação social, que diferencia os projetos de educação das pedagogias de base social, como o ensino médio integrado, que tem o trabalho como princípio educativo, dos projetos de educação fundamentado nas pedagogias de cunho liberal, estruturado a partir de competências e habilidades. No contexto das pedagogias de cunho liberal o foco é o mercado de trabalho, dessa forma, o ensino profissionalizante é utilizado como “instrumento pedagógico”, de especialização técnica da mão de obra, e os estudantes meros objetos dessa “profissionalização”.

O ensino profissionalizante, quando desenvolvido com foco no mercado, de acordo com Frigotto (2007), aliena o potencial de transformação das pedagogias de base social, que tem a “[...] função de desenvolver nos estudantes a capacidade de agir crítica e conscientemente e de adaptar a realidade às suas necessidades e não o oposto [...]” (ARAÚJO, FRIGOTTO, 2015, p. 73). Considerando a realidade do mundo do trabalho para as pessoas travestis, transexuais ou transgêneros, faz-se necessário discutir de maneira crítica a existência de estudantes Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros no ensino médio integrado tendo em vista a inserção com qualidade no mundo do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Frequentemente as relações disciplinares que se estabelecem no cotidiano escolar se caracterizam por relações de poder em todas as dimensões. Quando se trata das questões sobre identidades sexuais e de gênero, Junqueira (2013, p. 75) observa que o poder age sobre os corpos objetivando “sua normalização, por meio da qual uma identidade específica é arbitrariamente eleita e naturalizada, e passa a funcionar como parâmetro na avaliação e na hierarquização das demais”.

Tratados como fenômenos discursivos e culturais, gênero e sexualidade transitam na fronteira dos projetos societários em disputa, e assim se inserem nos projetos educacionais. Referências a estudantes homossexuais como: “aquele gayzinho”, ou “você viu a aluna A? Estava abraçada com a aluna B. Um absurdo! Tem que chamar os pais dessas meninas, depois fica reprovada e vai culpar a escola”, são reveladoras dos efeitos arbitrários da generificação dos corpos no cotidiano escolar.

Para traçarmos um perfil dos estudantes colaboradores nas atividades de produção da história em quadrinho, e conhecermos suas intenções em participar da atividade, foi elaborado um formulário, que apresenta a narrativa dos estudantes sobre suas identidades, vivências, percepções de si e da escola no contexto das abordagens sobre gênero, sexualidade e trabalho no ensino médio integrado. Quem são esses sujeitos?

Onze estudantes compõem o quadro de colaboradores nas atividades de produção do quadrinho (Figura 2). Considerando os marcadores sociais, quanto à identidade de gênero e orientação sexual (Quadro II) são três mulheres-cis-hétero; duas mulheres-cis-bissexuais; dois homens-cis-hétero; um homem-cis-bissexual. Uma estudante identificou-se somente como mulher-cis (identidade de gênero) e outra estudante não respondeu ao formulário. Louro (1997, p. 24) salienta que o gênero faz

parte da formação da identidade dos sujeitos, e estes tem “[...] identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias”.

Quadro II - Perfil dos estudantes quanto aos marcadores sociais de gênero e orientação social

GÊNERO	IDENTIDADE / ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESTUDANTES
MULHER	HÉTERO – CISGÊNERO	05
MULHER	CISGÊNERO – BISSEXUAL	02
HOMEM	HÉTERO – CISGÊNERO	02
HOMEM	CISGÊNERO – BISSEXUAL	01
TOTAL		10

Fonte: Coleta de dados setembro/2019

Quanto à questão étnico/racial (Quadro III), uma estudante refere a si como mulher-hétero-cis-branca, quatro mulheres-hétero-cis-pardas/negras, uma mulher-cis-bissexual-negra e uma mulher-cis-bissexual-branca. Os dados sobre os homens apontam a presença de um homem-hétero-cis-branco, um homem-hétero-bissexual-branco e um homem-hétero-cis-negro. A faixa etária das/dos estudantes corresponde a dezessete anos (oito estudantes) e dezoito anos (duas/dois estudantes).

Quadro III - Perfil das/dos estudantes quanto aos marcadores sociais de raça/etnia

RAÇA/ETNIA	GÊNERO / ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESTUDANTES
BRANCA	MULHER - CIS - HETEROSSEXUAL	01
	MULHER - CIS - BISSEXUAL	01
BRANCO	HOMEM - CIS - BISSEXUAL	01
	HOMEM – CIS - HETEROSSEXUAL	01
PARDA/NEGRA	MULHER - CIS - HETEROSSEXUAL	04
NEGRA	MULHER – CIS - BISSEXUAL	01
NEGRO	HOMEM – CIS- HETEROSSEXUAL	01
TOTAL		10

Fonte: Coleta de dados setembro/2019

Questionados sobre o interesse, em participar das atividades de produção da história em quadrinho, as/os estudantes manifestaram que é uma oportunidade de desenvolverem suas habilidades com o desenho além de discutir a temática gênero e sexualidade. Sobre esse tema, é importante registrar que todos os estudantes (dez) que responderam ao formulário, afirmaram que a temática é discutida, somente no segundo bimestre do 2º ano no componente curricular de Sociologia (eixo comum) e que nas disciplinas base técnica (eixo profissional), o assunto não é abordado.

Outro ponto referenciado, diz respeito à participação dos estudantes em atividades sobre gênero e sexualidade durante sua trajetória escolar, também aqui, todos responderam que nunca participaram. Esse dado indica o silenciamento das abordagens sobre gênero e sexualidade, na trajetória escolar dos estudantes, bem como o ocultamento do tema também no currículo, e nos impõe a reflexão sobre as possíveis causas do silenciamento e do ocultamento.

Figura 2 – EETEPA ICOARACI: Estudantes desenvolvendo a HQ



Fonte: Acervo da autora

Sobre a organização de atividades planejadas, pensando na orientação de estudantes LGBTI+ e o mundo do trabalho, todos os estudantes que fazem parte da atividade de produção da história em quadrinho, responderam que nunca participaram de nenhum debate, palestra ou discussão relacionados ao tema, e por não terem conhecimento de nenhum tipo de preconceito ou discriminação por conta da orientação sexual, entendem que a escola trata igualmente a todos, e por isso já contribui para a inserção com qualidade no mundo do trabalho.

Ao observar a sala de aula no ensino médio integrado em colaboração com a professora C⁹, que desenvolvia sua prática discutindo a organização do trabalho, no contexto do fordismo/taylorismo, percebi o quantitativo reduzido de estudantes em sala de aula. A professora explicou que as/os estudantes conseguem trabalho e / ou passam para o turno da noite, ou evadem da escola, frisou também que os cursos não parecem muito atrativos para os alunos, e referiu-se ao curso de hospedagem¹⁰ que encerrou a oferta de novas matrículas devido a baixa demanda dos estudantes pelo curso. No decorrer da aula, a professora C, para contribuir com a pesquisa sobre gênero e sexualidade no ensino médio integrado, teceu alguns comentários sobre e os estudantes começaram a se manifestar.

Característico do tabu que envolve a abordagem sobre gênero e sexualidade em sala de aula, a discussão provocou um frisson entre as/os estudantes, entretanto, a professora “E”, falou muito rapidamente sobre respeitar a orientação sexual de cada pessoa, e direcionou a fala para questões como como gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis, cuidados com o corpo, e higiene íntima masculina. Percebe-se que quando o assunto é sexualidade, conforme já apontado por César (2009) ainda predomina a abordagem biologizante do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa das/dos estudantes, através das respostas nos formulários, indica que parece haver um lugar no currículo oficial para a discussão sobre gênero e sexualidade, mesmo considerando a transversalidade do tema, e esse lugar é o componente curricular de Sociologia. Neste sentido, o produto educativo desenvolvido em colaboração com os estudantes do curso técnico de design da EETEP-ICOARACI, torna-se relevante na medida em que articula componente curricular da base comum (Sociologia) e componentes curriculares do eixo profissional (técnicas de desenho) e sugere que atividades organizadas nesta configuração, além de ampliar o campo de estudo sobre os temas, podem constituir-se em resistência diante da possibilidade de retirada da temática do currículo educacional, como desejam os defensores do projeto escola sem partido.

⁹“Fazer etnografia crítica de sala de aula sem o professor é continuar a falar sobre a realidade dele sem que ele possa sequer opinar sobre o significado de sua prática”. MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. “Etnografia Crítica de Sala de Aula: o Professor Pesquisador e o Pesquisador Professor em Colaboração”. R. bras. Est. pedag., Brasília v.76 p.98-116, jan-agosto 1995.

¹⁰ FONTE: Secretaria da Unidade Escolar abril/2019.

Ao considerarmos a fala das militantes travestis e transexuais sobre o mundo do trabalho, percebe-se a existência de uma possível despolitização, percebida pelas lentes das próprias militantes. Pode ser que não represente a opinião da maioria organizada em torno do Movimento LGBTI+, entretanto, por se tratar de protagonistas com grande representatividade nos espaços de mobilização e de luta, deste segmento social, é importante registrar.

Como resultado da pressão de Organizações Não-Governamentais (ONG) e do Movimento LGBT, resultado da pressão de ONGs (OLIVIA), existe na Câmara Municipal de Belém, um projeto de lei, de autoria do vereador Fernando Carneiro/PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), denominado “Mais trans, menos ISS”, que prevê incentivo fiscal, para empresas que contratarem profissionais travestis, transexuais ou transgêneros. Fernando Carneiro entende, que as pessoas transexuais são as mais estigmatizadas, e entram nas clivagens das opções como o extremo da marginalização.

Em atividade realizada em 31/10 nas dependências da Universidade do Federal Pará, sobre o combate ao preconceito de transgêneros no “mercado” do trabalho o vereador do PSOL, informou ao público presente a existência do projeto “Mais trans menos ISS”, e a intenção de reapresentá-lo uma vez que foi rejeitado em 2015. A justificativa da Casa para a rejeição do projeto, fundamentou-se na Lei Orgânica do Município, segundo a qual a câmara dos vereadores não possui amparo legal para legislar sobre questões tributárias, e que gerem despesas ao município, sendo atribuição somente do executivo.

Entretanto, sabe-se, e o vereador Fernando Carneiro refere, que câmara municipal enquanto espaço de poder, é constituída por grande número de vereadores ligados às igrejas neo – pentecostais, de diversas denominações, e compõem a ala conservadora, contrária à pauta defendida no projeto.

A disputa por modelos de educação e de sociedade está posto, e conforme foi discutido neste artigo, a aliança entre forças políticas, movimentos sociais, ensino e pesquisa, e práticas educativas, compromissadas com uma formação humana integral, pode constituir-se em contra – hegemonia, na tentativa de apagamento e silenciamento de experiências das pessoas LGBTI+ qualquer que seja o espaço de atuação, a escola ou o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1985.

BRAGA, Keith Daiani da Silva; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Lesbianidades e educação: interrogando a produção acadêmica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 127-145, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, ISSN: 1808-799X, v. 13, n. 20, p. 206-233, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/497/showToc>. Acesso em: 13 out. 2019.

_____ organizador. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

_____ Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 7, p. 67-82, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000400004&script=sci_arttext. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____ A produtividade da escola improdutiva. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-line PUC*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20040/20040.PDF>. Acesso em: 11 ago. 2019.

LIMA NETO, Avelino A. de; CAVALCANTI, Natália C. S. B.; GLEYSE, Jackes. Considerações sobre corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em educação profissional. In. **BAGOAS** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 19, p. 16-38, 24 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/issue/view/830>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista** (Belo Horizonte). N. 46, p. 201-218, dez/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>. Acesso em: 08 out. 2019

_____ Teoria Queer-uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639>. Acesso em: 11 ago. 2019

_____ **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

MACIEL, Patrícia Daniela; GARCIA, Maria Manuela Alves. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230022, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230022.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 08 e 09 de maio de 2008. Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 11 ago. 2019.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87350459002.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.